

ATA NÚMERO 25/XV/1.^a SL

Aos seis dias do mês de dezembro de 2022, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. **Audiência à Federação Nacional dos Professores**, para apresentarem os problemas resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho – mobilidade por doença do pessoal docente

3. Aprovação de atas

- Reunião da Comissão de 30 de novembro de 2022

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Proposta de Lei – pedido de apreciação urgente

- [Proposta de Lei n.º 95/XIV/1.^a \(ALRAM\)](#) - «Pela valorização da condição ultraperiférica do estudante atleta - Procede à 1.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2019, 24 de abril

ii. Projetos de Resolução – para nova apreciação na generalidade

- [Projeto de Resolução 250/XV/1 \(L\)](#) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior

deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado

4.2. Pedidos de audiência

4.2.1. Da Direção Nacional da Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal

4.3. Relatório apresentado pela A3ES, de Monitorização da Avaliação do Ensino Superior em Portugal 2022

5. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

- [Petição n.º 88/XV/1.a](#) - Para a construção de um pavilhão desportivo no Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo

6. Outros assuntos

7. Data das próximas reuniões

- **13 de dezembro de 2022 – 15h00** – Audição regimental da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- **21 de dezembro de 2022 – 10h00**

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS), pediu o adiamento da aprovação da ata da reunião da Comissão de 30 de novembro de 2022 (ponto 3 da Ordem do Dia).

A proposta de Ordem do Dia, sem o ponto 3, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, PCP e BE.

2. Audiência à Federação Nacional dos Professores, para apresentarem os problemas resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho – mobilidade por doença do pessoal docente

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), recordando a grelha de tempos da audiência.

Os representantes da FENPROF referiram o seguinte, em síntese:

1. O [Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho](#)¹, que estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença, já produziu efeitos, com limitações e resultados desadequados em relação aos docentes abrangidos, em comparação com o regime anterior;
2. Pedem a fiscalização da constitucionalidade do diploma e a sua imediata revisão, não sendo cumprido o período experimental de 2 anos que está previsto no mesmo;
3. Apresentaram uma queixa sobre o diploma ao Comité Europeu dos Direitos Sociais, por violação dos normativos comunitários em matéria de direito à proteção e promoção da segurança e saúde no trabalho e chamam a atenção para a apreciação crítica do diploma que é feita pela Provedora de Justiça (documentos disponíveis na [página da Comissão](#));
4. Um docente, pai de uma criança com 10 anos que não fala e tem limitações de mobilidade e outra docente que tem esclerose múltipla, e não foram colocados ao abrigo do regime legal em causa, com o fundamento de falta de vagas, deram o testemunho pessoal das suas situações e os prejuízos que têm pela aplicação do diploma.

¹ Ver ainda [Nota informativa – DGAE](#).

Intervieram depois os Senhores Deputados Lúcia Araújo Silva (PS), Inês Barroso (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Alfredo Maia (PCP) e Joana Mortágua (BE) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da FENPROF indicaram o seguinte, em síntese:

1. A Provedora de Justiça considerou que não existe um regime adequado de mobilidade por doença;
2. Atualmente os professores estão mais velhos do que em 2006 (aquando da aprovação do regime legal anterior) e muitos ainda estão colocados longe da sua habitação, pelo que o diploma os afeta mais;
3. Se agora o Ministério da Educação entende que há disponibilidade para serem realizadas 7.000 juntas médicas para fiscalização dos docentes em causa, podiam ter integrado esse procedimento na apreciação inicial dos respetivos processos;
4. O regime do citado Decreto-Lei n.º 41/2022 é experimental para 2 anos, mas face aos efeitos nefastos que provocou, a FENPROF propôs que se aplicasse apenas um ano, mas o Ministério da Educação entende que legalmente não é possível reduzir a sua vigência;
5. Não têm informação sobre a situação das juntas médicas;
6. Pedem a fiscalização da constitucionalidade do diploma e defendem que se todos reconhecem que há um problema, o mesmo deve ser resolvido, realçando que os professores querem trabalhar, mas precisam de condições para esse efeito.

A documentação remetida pela FENPROF e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

3. Aprovação de atas

Adiado, a pedido do PS.

4. Comunicações do Presidente

4.4. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

iii. Proposta de Lei – pedido de apreciação urgente

O Senhor Presidente da Comissão informou que a Assembleia Legislativa Regional da Madeira pediu a adoção de processo de urgência, nos termos dos artigos 263.º e 264.º do Regimento da Assembleia da República (AR), na apreciação da [Proposta de Lei n.º 95/XIV/1.ª \(ALRAM\)](#) - «Pela valorização da condição ultraperiférica do estudante atleta - Procede à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2019, 24 de abril» e que o Presidente da AR solicitou a emissão de parecer, no prazo de 48 horas, sendo a sua elaboração atribuída a um Deputado do PSD, que entretanto já o tinha remetido.

Complementarmente, indicou que a Proposta de Lei está agendada para discussão na generalidade na sessão plenária de 20 de dezembro de 2022.

Nesta sequência, foi consensualizado que a Comissão reuniria no dia 7 de dezembro, às 14h45, para discussão e votação do parecer em causa.

iv. Projetos de Resolução – para nova apreciação na generalidade

O Senhor Presidente referiu que o [Projeto de Resolução 250/XV/1 \(L\)](#) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado – tinha baixado à Comissão em 21/10/2022, por 60 dias, para nova apreciação na generalidade, pelo que se torna necessário fixar a tramitação a adotar nessa apreciação.

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) referiu que o Estado tem património subutilizado e propôs que no âmbito da apreciação do Projeto de Resolução se oiçam a sociedade

ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A., o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e as federações académicas.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) referiu que dado que se trata de um projeto de resolução e ainda não aprovado na generalidade, entendia que não se justificava fazer a audição de entidades, mas que poderiam ponderar a matéria para posterior deliberação da Comissão.

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) questionou também a realização de audições.

O Senhor Presidente pôs à consideração a hipótese de se pedirem contributos escritos às entidades pretendidas.

Após o debate, foi consensualizado que os Senhores Deputados apresentariam as respetivas propostas por email, para posterior deliberação da Comissão.

4.5. Pedidos de audiência

4.5.1. Da Direção Nacional da Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal

Apreciado o pedido de audiência da Federação, para equacionarem o facto de a descentralização de competências para as autarquias locais provocar despedimentos de trabalhadores das cantinas e refeitórios escolares, foi consensualizado enviá-lo para a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local (13.^a Comissão), por a matéria se integrar atualmente na sua área de competências.

4.6. Relatório apresentado pela A3ES, de Monitorização da Avaliação do Ensino Superior em Portugal 2022

Tendo presente a remessa pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) do relatório de 2022 sobre a monitorização da avaliação do ensino superior, apresentado anualmente à Assembleia da República e ao Conselho Nacional de Educação, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º da [Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto](#), alterada pela Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro, foi consensualizado agendar a curto prazo a audição da A3ES para a apresentação do mesmo.

5. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

A [Petição n.º 88/XV/1.ª](#) - Para a construção de um pavilhão desportivo no Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo - com 411 subscritores, foi admitida por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, PCP e BE, na sequência da apreciação da respetiva nota de admissibilidade. O Grupo Parlamentar do PSD informou que indicaria posteriormente o Deputado relator.

6. Outros assuntos

O Senhor Presidente deu conta dum email do representante dos estudantes do subsistema politécnico no Conselho Nacional de Educação (CNE), que dá conhecimento à Comissão da comunicação que fez ao Presidente do CNE, discordando do contributo que o mesmo enviou à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência em relação às iniciativas legislativas sobre o ensino politécnico. Não se registaram pronúncias dos Senhores Deputados em relação a esta matéria.

7. Data das próximas reuniões

- **13 de dezembro de 2022 – 15h00** – Audição regimental da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Confirmada
- **21 de dezembro de 2022 – 10h00**

- ✓ **Audição da comissão representativa dos subscritores** do [Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#) — Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente
- ✓ **Audição dos peticionários da [Petição n.º 65/XV/1.ª](#)** - Pelo fim das taxas de entrega de tese
 - **Peticionário:** ABIC - Associação dos Bolseiros de Investigação Científica
 - **N.º de assinaturas:** 8.140
 - **Deputado relator:** PS
- ✓ **Discussão sobre as recomendações** (relativas ao [ensino básico](#) e ao [ensino secundário](#)) aprovadas nas **Sessões Nacionais do Programa Parlamento dos Jovens (Edição 2022)** que versaram sobre o tema «Fake News».

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h15, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de dezembro de 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Alfredo Maia (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Maria João Castro (PS)
António Topa Gomes (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Alves (PS)
Carla Castro (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Fernando José (PS)
Palmira Maciel (PS)